

MPC • PR EM FOCO

Este boletim tem como objetivo fazer uma retrospectiva dos principais acontecimentos relacionados à nossa instituição no mês anterior. A seguir você encontrará informações sobre decisões, acompanhamento processual, agenda institucional, eventos, cursos e outras generalidades.



1. Acompanhamento processual

CONSULTAS

MPC-PR defende a impossibilidade de nomeação de pessoas com direitos políticos suspensos para cargos em comissão

- Município de Santa Helena - Processo nº 4479/2025
- Parecer Ministerial nº 79/2025
- Acórdão nº 3177/25

O Ministério Público de Contas do Paraná atuou de forma decisiva na fixação de um posicionamento normativo pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) a respeito dos requisitos para o exercício de cargos comissionados. Em resposta a Consulta formulada pelo Município de Santa Helena, o Tribunal reafirmou que o pleno gozo dos direitos políticos é condição indispensável para a investidura tanto em cargos de provimento em comissão quanto em postos de agentes políticos.

No Parecer nº 79/25, a Procuradoria-Geral destacou que a aplicação Tema nº 1.190 do Supremo Tribunal Federal (STF) refere-se exclusivamente ao provimento de cargos efetivos por concurso público, visando a ressocialização de egressos do sistema criminal, o que não se estende aos cargos de livre nomeação e exoneração, que exigem critérios éticos e de idoneidade rigorosos em observância ao princípio da moralidade administrativa.

O MPC sublinhou que o gozo dos direitos políticos constitui um requisito constitucional permanente, necessário não apenas para o acesso ao cargo, mas também para a manutenção do vínculo com a administração. Além disso, a manifestação ministerial destacou a importância de normas como a Lei da Ficha Limpa (LC nº 135/2010), que limita o acesso de indivíduos inelegíveis a cargos de confiança como forma de garantir a integridade da gestão pública.

O Tribunal Pleno do TCE-PR, conforme o Acórdão nº 3177/25, acolheu majoritariamente o posicionamento do MPC-PR. Prevaleceu o entendimento de que a suspensão de direitos políticos por condenação em ato de improbidade administrativa obstaculiza o provimento de cargos comissionados, conforme já pacificado em tribunais superiores como o STJ e o TCU.

A resposta oficial à consulta foi fixada nos seguintes termos:

Pergunta: "É possível, à luz das recentes alterações da Lei nº 8.429/92 pela Lei nº 14.230/21 e do julgamento do Tema nº 1190 pelo Supremo Tribunal Federal, proceder-se com a nomeação de pessoas com direitos políticos suspensos para ocuparem o posto de agentes político ou cargos de provimento em comissão?"

Resposta: "Não. Pela impossibilidade da nomeação de pessoas com direitos políticos suspensos por força de condenação por ato de improbidade administrativa como agentes políticos ou servidores ocupantes de cargo de provimento em comissão."

REPRESENTAÇÃO DO MPC-PR

Controle Social: MPC-PR apura irregularidades no quadro de cargos comissionados do Município de Faxinal

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR), por intermédio de sua 6ª Procuradoria de Contas, apresentou o processo de [Representação nº 595091/25](#) contra o Município de Faxinal em razão de indícios de irregularidades na estrutura de pessoal do Poder Executivo. A medida decorre da análise da Lei Municipal nº 2.406/2025, que teria promovido aumento expressivo de cargos em comissão em desacordo com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

A investigação, iniciada a partir de denúncia recebida pelo canal de comunicação do MPC-PR, contou com o apoio do **Núcleo de Análise Técnica (NAT)**. Os levantamentos apontaram que a legislação municipal reserva apenas 5% das vagas comissionadas para servidores de carreira, percentual considerado irrisório e em desconformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR), que já determinou a elevação de índices similares por afronta à moralidade e à eficiência.

Além da questão quantitativa, o MPC-PR identificou um cenário de desvirtuamento de funções. Conforme fundamentado, diversos cargos criados possuem atribuições meramente operacionais — como atendimento telefônico, arquivamento e coleta de lixo — camufladas sob nomenclaturas estratégicas. A Constituição Federal e o Tema nº 1010 do Supremo Tribunal Federal (STF) restringem cargos comissionados exclusivamente às funções de direção, chefia e assessoramento, o que não foi observado no caso de Faxinal, onde secretarias, como a de Ação Social, apresentaram 14 cargos comissionados para apenas 3 servidores efetivos.

Para o MPC-PR, a manutenção desse quadro gera riscos concretos à administração pública, incluindo a descontinuidade de políticas públicas em transições de governo e a falta de profissionalização da gestão. A 6ª Procuradoria de Contas defende que a predominância de cargos de livre nomeação para tarefas rotineiras compromete a estabilidade institucional e a impessoalidade.

Em sua manifestação mais recente, o Ministério Público de Contas reforçou o pedido pela procedência da representação, sugerindo que o TCE-PR expeça determinações para que o Município de Faxinal:

- *Regularize seu quadro de pessoal, respeitando o Prejulgado nº 25 do TCE-PR;*
- *Eleve o percentual mínimo de cargos em comissão destinados a servidores efetivos;*
- *Ajuste as atribuições dos cargos, eliminando funções operacionais do regime de comissão.*

O processo foi recebido pelo Relator, Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, que determinou a citação dos responsáveis. A Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) emitiu parecer favorável à tese do MPC-PR, confirmando a natureza genérica e operacional dos cargos criados. Até última atualização, os autos aguardam julgamento definitivo pelo Tribunal Pleno.



2. Projetos Especiais

MPC-PR recomenda aos 399 Municípios a criação do Fundo de Calamidade Pública (FECAP) para enfrentamento de desastres climáticos

O Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) emitiu a [Recomendação Administrativa nº 03/2025](#), orientando os 399 Municípios do Estado a adotarem medidas institucionais para o enfrentamento de desastres climáticos. O documento foca na criação do Fundo Municipal de Calamidade Pública (FECAP) e no fortalecimento das Defesas Civas locais, visando garantir agilidade financeira e eficiência técnica diante de eventos extremos, como ventanias, enchentes e deslizamentos.

A Recomendação é resultado direto do projeto especial “Estrutura de Proteção e Defesa Civil dos Municípios”, que identificou fragilidades operacionais nas administrações municipais. O MPC-PR ressalta que a ausência de fundos específicos e de equipes técnicas qualificadas compromete a capacidade de resposta das cidades e a proteção das populações vulneráveis.

Entre as **principais orientações** expedidas pelo órgão ministerial, destacam-se:

- **Instituição de Fundos Específicos:** Criação de leis para gerir recursos destinados não apenas à resposta emergencial, mas também à prevenção e recuperação socioambiental.
- **Fontes de Receita Diversificadas:** Orientação para que os fundos sejam compostos por dotações orçamentárias, transferências estaduais/federais, emendas parlamentares e recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).
- **Estruturação Técnica:** Nomeação de equipes multidisciplinares (incluindo engenheiros civis) e integração da Defesa Civil às áreas de planejamento, obras e assistência social.
- **Transparência e Planejamento:** Implementação de painéis de transparência ativa para gastos emergenciais e integração do fundo aos instrumentos de planejamento municipal, como o Plano Diretor e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O projeto, idealizado pelo Procurador-Geral Gabriel Guy Léger, já concluiu o diagnóstico de 96 municípios do Norte do Paraná e prevê o mapeamento completo dos 399 Municípios até 2026. Atualmente, a equipe técnica do MPC-PR monitora a existência de coordenadorias municipais e a capacidade de resposta a desastres de cada localidade.

A atuação do MPC-PR está alinhada a diretrizes nacionais do sistema de controle externo, como a Carta de Macapá, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especificamente os ODS 11 (Cidades Sustentáveis), 13 (Ação Climática) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes). Para o MPC-PR, o fortalecimento da governança climática é essencial para garantir a segurança jurídica dos gestores e a resiliência das comunidades paranaenses.



Em destaque, registros da visita técnica do MPC-PR às instalações da Defesa Civil Estadual, no Palácio das Araucárias. Estiveram presentes: o Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger; a Diretora-Geral do MPC-PR, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis; as servidoras Cecília Passos Brandão, Giovanna Menezes Faria, Mykaella Ribeiro Mello, Suiane Volpato de Oliveira e Viviane Suckow; o Coordenador Executivo da Defesa Civil Estadual, Coronel Ivan Ricardo Fernandes; e o auditor de controle externo, representando o TCE-PR, Mario Antonio Cecato.



3. Agenda Institucional

Especial Retrospectiva 2025

JANEIRO

Reunião Estratégica no MPC-PR: as equipes da Secretaria e do Núcleo de Comunicação se reuniram para alinhar diretrizes, definir metas, estratégias e o **Plano de Ação para 2025**. O encontro reforçou a importância da integração entre os setores para otimizar processos, aprimorar a comunicação institucional e garantir mais eficiência na prestação de serviços.



FEVEREIRO

Divulgação do [Plano de Ações do MPC-PR](#) para o biênio 2025 - 2026, em alinhamento com o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Contas (CNPGC):



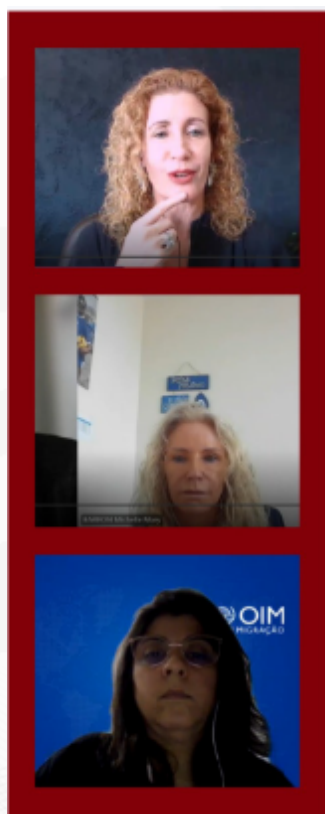
O documento estabelece a agenda estratégica da instituição, definindo os projetos prioritários para o ano em exercício. Além disso, o plano consolida informações sobre a estrutura organizacional e traz uma retrospectiva das ações realizadas em gestões anteriores, que retratam a evolução do trabalho desenvolvido.

As iniciativas estão alinhadas às diretrizes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), tendo em vista a importância de direcionar as ações estratégicas entre os Ministérios Públicos de Contas visando o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais representam o conjunto de metas globais definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Dentre as ações almejadas, foram incluídas aquelas relacionadas à promoção da acessibilidade e inclusão, defesa do meio ambiente, sustentabilidade financeira dos Municípios, combate à corrupção e fortalecimento do controle interno municipal. O documento ainda prevê iniciativas voltadas ao aprimoramento da estrutura interna da instituição, como o incentivo a capacitação contínua dos servidores e a modernização dos canais de comunicação com a sociedade.

MARÇO

Foi realizado o primeiro curso do programa **Trilhas de Formação e Especialização Avançada do MPC-PR**, “**Atividades de Inteligência e Gestão de Sigilos**”, em 21 de março, com o professor Cláudio Andrade Rêgo, líder do Núcleo de Estudos em Gestão de Sigilos no Centro de Inteligência do Exército Brasileiro.



O evento contou com a participação de mais de 110 pessoas, dentre membros e servidores dos Ministérios Públicos de Contas, representando os 21 Estados e o Distrito Federal.

No mesmo mês, em 26 de março, o MPC-PR promoveu o primeiro evento do ano com transmissão ao vivo pelo Youtube, intitulado “**Desafios e oportunidades frente às políticas públicas das pautas femininas**”, contando com a participação de especialistas como a Dra. Jeanine Benkenstein, mestre em Direito e neurocientista política; Michelle Barron, chefe de programa da OIM (agência da ONU para migrações) e Talita Aquino de Sousa, Coordenadora Responsável pelas atividades da OIM no Paraná.

ABRIL

“**Hackathons e Ferramentas de Inovação Aberta**” foi o segundo curso do programa de capacitação contínua do MPC-PR - Trilhas de Formação e Especialização Avançada. Na ocasião, 25 de abril, o curso foi ministrado pelo especialista Fernando Tomé, referência nacional na idealização de projetos de inovação para o setor público e privado.



O evento contou com a participação de cerca de 50 servidores e Membros dos Ministérios Públicos de Contas e Tribunais de Contas dos Estados do Amapá, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal. O curso foi transmitido ao vivo no canal do YouTube do MPC-PR ([@CanalMPC-PR](#)) e segue disponível para o público.

MAIO



No dia 16 de maio, o Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) promoveu mais uma edição do *Diálogos com o MPC-PR*, reunindo cerca de 100 representantes do controle interno municipal (executivo e legislativo) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE), no auditório do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) para discutir o tema “*Estruturação do Controle Interno no Brasil*”.

O evento marcou o início da parceria entre o MPC-PR e o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), formalizada por meio de [Termo de Cooperação Técnica nº 02/2025](#), o qual prevê o desenvolvimento de projetos, capacitações e ações integradas que possam contribuir para o fortalecimento do controle interno e social, visando a prevenção e o combate à corrupção para a promoção da transparência e da ética pública.

JUNHO

O MPC-PR foi o grande vencedor da categoria **“Tecnologia e Inovação”** do 5º Prêmio INAC de Integridade, com o projeto intitulado Promoção da Integridade e Combate à Corrupção no Estado do Paraná: Empresas Sancionadas, desenvolvido pelo Procurador-Geral Gabriel Guy Léger e pela Diretora-Geral Barbara Krysttal Motta Almeida Reis. Promovida pelo Instituto Não Aceito Corrupção (INAC), a premiação foi realizada dia 16, no Theatro Municipal de São Paulo.



O projeto do MPC-PR utiliza inteligência artificial, automação e técnicas avançadas de cruzamento de dados para mapear empresas que foram sancionadas por práticas ilícitas, mas continuam contratando com a Administração Pública. Com o apoio de 40 robôs inteligentes, algoritmos de machine learning e técnicas de cruzamento de dados de alto volume, a equipe conseguiu monitorar R\$ 264 bilhões em contratos firmados entre 2021 e 2024 nos 399 municípios do Paraná.



No dia 27 de junho, o MPC-PR celebrou seus 63 anos de história com uma programação especial. O evento, realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), teve como tema central “Fortalecendo o Controle e a Integridade Pública” e destacou os avanços institucionais e os projetos estratégicos em andamento. Com um olhar voltado para o futuro, o MPC-PR celebrou esta data reafirmando seu compromisso com a integridade, a inovação e o fortalecimento das políticas públicas.

A programação contou com palestra magna do jurista Edgar Chiuratto Guimarães, apresentação de projetos estratégicos do MPC-PR voltados à governança municipal, ao combate à corrupção e ao fortalecimento do controle interno dos Municípios. Também foi lançada a **21ª edição da Revista do MPC-PR** e, ao final, foi realizado o sorteio de uma bolsa integral de MBA entre os servidores do MPC, a qual foi oferecida pelo INAC como reconhecimento pelo 1º lugar no Prêmio 2025. A ganhadora foi a servidora Gabriela Nogarolli, da 7ª Procuradoria de Contas.



JULHO

Servidoras do MPC-PR garantem vaga em curso oferecido pelo TCE-PR em parceria com a PUC-PR, referente a matéria eletiva do **Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU)**, “**Gestão de Riscos de Desastres Climáticos nas Cidades**”. O curso teve como objetivo elaborar estudos sobre temáticas relevantes para a proposição de um sistema de avaliação da gestão e redução de riscos municipais para desastres que têm associação com as mudanças do clima.

Participaram desta primeira edição diversos servidores do TCE-PR e três servidoras do Ministério Público de Contas (MPC-PR): Mykaella Ribeiro Mello, Suiane Volpato de Oliveira Zanardi e Viviane da Costa Suckow, durante os meses de junho e julho, em seis encontros presenciais. A apresentação do trabalho final ocorreu no dia 11 de julho, no auditório do TCE-PR, intitulado “Avaliação crítica do Indicador de Capacidade Municipal (ICM) aplicado ao Estado do Paraná: identificação de lacunas em Municípios prioritários de baixa pontuação e a relação com parâmetros socioeconômicos”, em conjunto com o servidor do TCE-PR Horacio Aaron Christian Galdezanni Pedroso e a aluna do PPGTU, Marília Minatel.

Durante o estudo verificou-se que muitos Municípios do Paraná carecem de documentos técnicos e, conseqüentemente, possuem pouco, ou quase nenhum conhecimento sobre mapeamento de riscos. Também foi realizado um cruzamento de dados tendo como ponto de partida o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que evidenciou um cenário de fragilidades institucionais e culturais.



Das 20 variáveis que compõem o ICM, foi possível identificar as cinco menos aderidas pelos Municípios, sendo: Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR); documento que identifique riscos; Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização; criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdec); e, ao menos uma pessoa certificada nas temáticas do Plano de Capacitação Continuada da SEDEC.

Ainda, no dia 31, o MPC-PR deu continuidade ao **programa Trilhas de Formação e Especialização Avançada**, apresentando o terceiro curso de tema **“Planejamento Orçamentário da Administração Pública”**.

A capacitação foi conduzida pelo professor **José Maurício Conti**, livre-docente em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com experiência e ênfase em Direito Financeiro. A capacitação reuniu mais de 100 participantes entre membros e servidores dos MPCs, do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) – incluindo a participação da Conselheira Substituta do TCE-PR, Muryel Hey –, e de outros órgãos públicos.

A capacitação foi conduzida pelo professor José Maurício Conti, livre-docente em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), com experiência e ênfase em Direito Financeiro. A capacitação reuniu mais de 100 participantes entre membros e servidores dos MPCs, do Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR) – incluindo a participação da Conselheira Substituta do TCE-PR, Muryel Hey –, e de outros órgãos públicos.



No mesmo dia, 31, em Jaguariaíva, foi lançado no Município de Jaguariaíva o “**Programa Municipal de Educação Fiscal**”. A iniciativa tem como objetivo sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância dos tributos e seu papel na construção de uma sociedade mais justa e com serviços públicos de qualidade.

Inédito no Paraná, o programa é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR) e a Associação dos Auditores e Fiscais Tributários Municipais do Paraná. Ele integra um conjunto de ações estratégicas que buscam levar a Educação Fiscal aos 399 Municípios paranaenses, fortalecendo a transparência, o controle social e a boa gestão dos recursos públicos.



AGOSTO

No dia 22 de agosto, o MPC-PR realizou o primeiro **Seminário Ibero-Americano de Compras Públicas**, evento online que reuniu especialistas de renome nacional e internacional para debater soluções inovadoras que podem fortalecer a transparência, a eficiência e a integridade das contratações governamentais. Com transmissão ao vivo pelo canal do YouTube do MPC-PR, a live contou com a participação de mais de 100 pessoas, entre membros e servidores dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos de Contas, gestores públicos, advogados, acadêmicos, especialistas em políticas públicas e representantes da sociedade civil.



Participaram do evento os especialistas: **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes**, que abordou os desafios e oportunidades no contexto da Lei nº 14.133/2021; **Florencia Ferrer**, PhD em Sociologia Econômica e especialista em inovação de políticas públicas, falou sobre compras públicas inovadoras na perspectiva mundial; **Rafael dos Anjos**, especialista em gestão pública e inteligência artificial, abordou o tema da Inteligência Artificial como fator gerador de integridade; e, por último, o palestrante **Fabrizio Bon Vecchio**, presidente do Instituto Ibero-americano de Compliance, analisou a integridade nas compras públicas.

SETEMBRO

No dia 28 de agosto, o MPC-PR foi **premiado pela UVB com a Medalha Top Legislativo**, conquistando um marco histórico ao se tornar o primeiro órgão ministerial de contas do Brasil a receber a Medalha Top Legislativo Brasileiro, premiação nacional concedida pela União dos Vereadores do Brasil (UVB), com o Projeto Especial de Avaliação da Qualidade das TVs Legislativas Municipais. Representando o MPC-PR, esteve presente a Diretora-Geral, Barbara Krystall Motta Almeida Reis, que recebeu a honraria em nome da instituição.



A avaliação da qualidade das TVs legislativas municipais é uma ação inédita no país, desenvolvida por um órgão de controle externo. Idealizado pelo Procurador-Geral Gabriel Guy Léger e pela Diretora-Geral Barbara Krystall, com suporte dos servidores Giovanna Menezes Faria, João Paulo Borean Pelissari e Fernando Aquino Scaliante, o projeto nasceu da dificuldade em aferir o cumprimento da Recomendação Administrativa nº 01/2024, relativa à inclusão de valores de precatórios e RPVs na LOA.

Setembro também foi marcado por outro lançamento inédito do MPC-PR, o **Programa InovaCidades**, uma parceria com o Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (PIT-SJC), o qual ocorreu presencialmente, no dia 26 de setembro, no auditório do TCE-PR, reunindo autoridades, gestores e representantes da sociedade civil para discutir os caminhos para cidades mais inteligentes, sustentáveis e resilientes.

A Diretora-Geral, Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, destacou o papel do MPC-PR como instituição promotora de boas práticas. *“Quando falamos em cidades inteligentes, já estão incluídos aspectos como ESG, ODS e os planos municipais obrigatórios. Por isso, a nossa ideia foi estruturar um programa que proporcionasse conteúdo de qualidade para que os gestores possam pensar em cidades inteligentes de forma concreta, preservando a legalidade e garantindo a boa gestão dos recursos públicos.”*



Da esquerda para a direita: Amanda Gabriely (MPC-PR); Rafael dos Anjos (ResolveGOV); Barbara Krysttal (MPC-PR); Gabriel Guy Léger (MPC-PR); Jeferson Cheriegate (PIT-SJC); e, Thales Tito (PIT-SJC).

A programação do evento de lançamento contou com a presença de representantes do Governo do Estado, que debateram sobre o "Conecta399 e os Indicadores de Cidades Inteligentes". No período da tarde, após a assinatura do Termo de Cooperação, foi realizado o Workshop "Gestão Pública por Indicadores: Caminhos para a Certificação de Cidades Inteligentes e Sustentáveis", com palestras fundamentadas em normas internacionais da ABNT (como ISO 37120, 37122 e 37123).

OUTUBRO

Em outubro, o MPC-PR promoveu, junto ao PIT-SJC, **quatro módulos de curso de capacitação em cidades inteligentes, sustentáveis e resilientes**, decorrentes do **Programa InovaCidades**. Ao longo de quatro encontros virtuais (3, 7, 13 e 14 de outubro), gestores municipais se aprofundaram em conceitos e tendências em cidades inteligentes; governança, leis e políticas públicas; normas internacionais ABNT ISO; boas práticas e troca de experiências entre Municípios.



O Procurador-Geral do MPC-PR, Gabriel Guy Léger, destacou a relevância da parceria com o PIT-SJC para a promoção da qualificação técnica e o fortalecimento da gestão municipal, ressaltando que a capacitação contínua de gestores e servidores é essencial para a implementação de soluções inovadoras e inteligentes que impactem positivamente a realidade das cidades. Ele também agradeceu o empenho dos envolvidos na organização e condução das aulas, que reuniram mais de 660 inscritos e tiveram média de 180 participantes ao vivo por módulo, evidenciando o interesse e o alcance da iniciativa.

NOVEMBRO

No dia 18 de novembro, o MPC-PR teve a honra de realizar a **cerimônia de premiação do Programa de Educação Fiscal nas Escolas**. Embora o projeto-piloto tenha sido lançado em Jaguariaíva, o evento foi realizado em Curitiba, no auditório do TCE-PR.

O evento celebrou o sucesso da iniciativa em Jaguariaíva, cidade escolhida para o desenvolvimento do projeto-piloto do programa, que levou às escolas municipais lições sobre ética, transparência e cidadania fiscal, fortalecendo o compromisso social das novas gerações com a boa gestão dos recursos públicos.



Foram premiados estudantes, professores e diretores que se destacaram nas atividades do programa, além de homenagens a instituições parceiras e apoiadores que contribuíram para o avanço da Educação Fiscal no Paraná.

No mesmo mês, entre os dias 29 e 31, foi realizada a **Semana do Servidor Inovador**, um evento que valorizou o trabalho e criatividade no setor público. Durante o evento foram homenageados servidores que completaram marcos de 10, 20 e 30 anos de atuação no TCE. Entre eles está Sirlei Volpato, que completou mais de três décadas de dedicação ao MPC-PR.

Na ocasião, foi aberta a inscrição de projetos voltados ao aprimoramento da gestão pública à promoção da inovação no controle externo. O MPC-PR participou com seis projetos, todos voltados ao aprimoramento das políticas públicas e à transformação da gestão pública municipal.



O Programa Municipal de Educação Fiscal nas Escolas foi uma das 10 iniciativas premiadas. Outros cinco projetos inscritos do MPC-PR receberam menção honrosa, como o InovaCidades MPC, o estudo sobre TVs Legislativas Municipais, o Projeto de Integridade e Combate à Corrupção, a Recomendação 01/2025 sobre administrações tributárias e o projeto sobre Logística Reversa.

DEZEMBRO

Entre os dias 2 e 5 de dezembro, Florianópolis foi palco do **IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas**. Reunindo cerca de 3 mil participantes, o evento trouxe painéis temáticos, oficinas e atividades paralelas sobre assuntos como reforma tributária, governança fiscal, cidades inteligentes, equidade racial e de gênero, meio ambiente e desafios climáticos.



O MPC-PR esteve representado pelo Procurador-Geral Gabriel Guy Léger, Procuradores Katia Regina Puchaski e Flávio de Azambuja Berti, além de servidores que participaram ativamente das discussões e oficinas.

Ainda este mês, no dia 8 de dezembro, a Diretora-Geral do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR), Barbara Krysttal Motta Almeida Reis, participou do Masterclass on-line “Boas práticas de Gestão de dados municipais e órgãos de Controle, realizado pelo Parque de Inovação Tecnológica de São José dos Campos (PIT-SJC) em parceria com o MPC-PR.

O evento integra o ciclo formativo do InovaCidades, a iniciativa busca modernizar administrações municipais por meio do uso de indicadores e práticas inovadoras. O encontro foi mediado por Thales Tito, Especialista de Negócios do PIT, e destacou a importância da governança de dados para promover transparência, eficiência e tomada de decisão baseada em evidências na gestão pública.





Mensagem de agradecimento do Procurador-Geral

Prezados Colegas e Servidores,

O ano de 2025 ficará marcado na história do MPC-PR como um ciclo de inovação e excelência. Juntos, elevamos o nome da nossa instituição por meio de capacitações constantes, articulações estratégicas e premiações que reafirmam nosso protagonismo técnico.

Nada disso seria possível sem o talento de cada um de vocês. Ver nossos servidores brilhando em publicações científicas e sendo reconhecidos pela sociedade é a maior prova de que valorizar o servidor é o melhor caminho para fortalecer a instituição.

Agradeço profundamente por serem a força que move nossa engrenagem. O sucesso deste ano pertence a vocês.

Desejo a todos um Feliz Natal e um 2026 repleto de novas conquistas e prosperidade.

Um forte abraço,

Gabriel Guy Léger, Procurador-Geral do MPC-PR

BOLETIM INFORMATIVO

MPC • PR EM FOCO

Dezembro de 2025 | Edição nº 59

PROCURADOR-GERAL

Gabriel Guy Léger

PROCURADORES(AS) DE CONTAS

Valéria Borba

Katia Regina Puchaski

Eliza Ana Zenedin Kondo Langner

Michael Richard Reiner

Flávio de Azambuja Berti

Juliana Sternadt Reiner

DIRETORA DO MPC

Barbara Krysttal Motta Almeida Reis

NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO

Giovanna Menezes Faria

Mykaella Ribeiro Mello



www.mpc.pr.gov.br



[@mpc.pr](https://www.facebook.com/mpc.pr)



[@mpc.pr](https://www.instagram.com/mpc.pr)



[@CanaldoMPCPR](https://www.youtube.com/CanaldoMPCPR)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Endereço Praça Nossa Senhora da Salete, s/n. - 2º andar do Prédio Anexo ao Tribunal de Contas do Estado - Centro Cívico. | **Canais de Contato** faleconosco@mpc.pr.gov.br / comunicacao@mpc.pr.gov.br **Telefone** 3350-1642.